

## UMA RECONSIDERAÇÃO RADICAL DA NOÇÃO DE IDENTIDADE ou a promessa de uma língua?

ÉLIDA PAULINA FERREIRA<sup>1</sup>  
(Doutorado-IEL/DLA-UNICAMP)

### ABSTRACT

I propose, in this essay, a reading of a text by Kanavillil Rajagopalan (*The concept of identity in Linguistics: is the time ripe for a radical rethinking?*). What is at stake here is: 1) the question of appropriation of a language, of a signature; and 2) the writing about identity in an economy of promise in and at a language. My reading, in *my* language, engages itself with the dispersing aspect of a language and reveals that, by assuming it, we should notice that the place of identity is a place without place; in other words, the place of identity is in the horizon of the impossible. Then, I suggest *re-placing* the question of identity by a demand of identity.

Cada vez que abro a boca, cada vez que falo ou escrevo, eu *prometo*.

Mas por esta razão mesma, o monolinguísmo do outro quer dizer outra coisa, que se descobrirá pouco a pouco: que, em todo caso, falamos nada mais que uma língua, e não *a* possuímos. Falamos nada mais que uma língua – e ela está, dissimetricamente e sempre, voltando a ele, *ao outro*, do outro, guardada pelo outro. Vinda do outro, restada do outro, ao outro retornada.

J. Derrida\*

Em todo caso, o fato de nós ignorarmos o nome próprio ou o idioma do outro não significa que não saibamos nada dele.

J. Derrida\*\*

Conhecer uma pessoa pelo nome próprio significa saber algo sobre ela? Não conhecer sua língua, o seu idioma significa não saber nada dela?

Desejo apropriar-me da língua (mas qual?), da língua de Kanavillil Rajagopalan, apropriar-me desse nome próprio intraduzível e escrever de identidade, numa economia

---

<sup>1</sup> Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Ottoni (DLA/IEL/UNICAMP) a leitura cuidadosa e as sugestões prestimosas, quando da elaboração deste trabalho, o qual faz parte do projeto TRADUZIR DERRIDA – Políticas e Desconstruções (tderrida@iel.unicamp.br).

\* *Le Monolinguisme de l'autre ou la prothèse de l'origine*, 1996, pp. 126 e 70. Ressalvo que este texto de J. Derrida, por ocasião da escrita de meu trabalho, ainda não tinha sido publicado em português, assim traduzi eu mesma as remissões que faço ao seu texto, não me utilizando, portanto, da tradução feita por Fernanda Bernardo: *O Monolinguísmo do Outro – ou a prótese de origem*, Campo das Letras – Editores, s.a: Porto, Portugal, 2001.

\*\* *Mes Chances*, 1997, p. 335.

de promessa. Nome próprio, promessa, língua, identidade são alguns dos *temas* com os quais me comprometo aqui, ao propor uma certa leitura de um texto em *desconstrução*.

Leio Rajagopalan –*The concept of identity in Linguistics: is the time ripe for a radical rethinking?*–, em português, uma tradução (“O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?” – 1998: 21-45). Desde então, surge o questionamento acerca de quem fala e que língua fala: Almiro Pisetta traduz esse texto que porta ainda a assinatura intraduzível de Rajagopalan, sob uma outra mão. Eu afirmaria que, na busca de apropriação, como o faz qualquer leitura, que já é a tradução de um texto em tradução, promovo a disseminação de um texto, ele mesmo, em disseminação. Trata-se da busca de apropriação de algo cujos limites não podemos garantir.

Assim, a leitura que proponho, na *minha* língua, desse texto compromete-se com o caráter dispersivo da língua e revela que assumi-lo implica que a questão da identidade não tem lugar, lugar sem lugar. Talvez fosse o caso de deslocar essa questão de identidade por uma demanda de identidade. Em outras palavras, no âmbito das discussões sobre identidade, não se trataria de reconsiderar o conceito, ampliando o seu alcance. Tratar-se-ia de, no jogo da e numa língua, assumir a impossibilidade de identificação por um nome e a inevitável dispersão dela, nela. O que temos é a promessa de uma língua. Como afirma Derrida, “em todo caso, falamos nada mais que uma língua, e não *a* possuímos” (1996:70); o que, do meu ponto de vista, joga com a necessidade e a impossibilidade de enquadramento e de apropriação, joga, portanto, com a promessa de identidade, com a promessa de dizer *eu* em uma certa língua.

Rajagopalan (1998), ao traçar um panorama de como o conceito de identidade foi tratado ao longo da história dos estudos lingüísticos, questiona o uso do conceito “uma língua” e o termo “um falante de uma língua” e como estas expressões são tomadas gratuitamente, como algo já dado de antemão. Ele busca romper com essa gratuidade, mostrando que delimitar os contornos de uma “comunidade de fala” é problemático tanto quanto delimitar o que gostaríamos de ver designado sem ambigüidade pelo uso da expressão “uma língua” e do termo “um falante de uma língua” (cf. p.25).

O autor já anuncia a ligação língua-identidade-falante e questiona a pureza e a possibilidade de limites capazes de definir cada uma dessas instâncias. Chega mesmo a afirmar que *a identidade de um sujeito é construída na e pela língua. O que significa que o sujeito não tem uma mesma e única identidade anterior e fora da língua* (cf. s/d: p.13 – cito e traduzo eu mesma, tendo já Almiro Pisetta traduzido: “A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem identidade fixa anterior e fora da língua” (cf. Rajagopalan, 1998: p. 41). Traduzo e transformo as línguas envolvidas nesse ato, uma vez que, como Rajagopalan e Pisetta, não estou fora da língua ao teorizar e traduzir).

Todavia, a reflexão do teórico não toma *sua* constatação como ponto de partida para repensar a relação língua-identidade-falante. De certa forma porque, apesar de apontar para a imbricação e transbordamento de e entre língua-falante-identidade, busca um lugar supostamente estável atribuído pela lingüística à identidade, para clamar por uma reconsideração radical desta noção. Mas, como apreender a identidade para reconsiderá-la? Em que língua o faríamos? Será mesmo uma noção, um conceito,

passível de apreensão e reconsideração, se ele nunca é fechado, pronto e acabado, se está sempre em construção?

Podemos ler em Rajagopalan uma pregnância entre língua e falante de uma língua; ao mesmo tempo em que vemos a necessidade de distanciamento destas instâncias. Ele se encontra, na língua, “entre” a pregnância e a distância, “está em fluxo” entre a necessidade de apreensão da língua e a impossibilidade de fechamento, uma vez que ela transborda limites, fronteiras, identificação. Por isso mesmo, talvez seja “extremamente problemático” conceituar “uma língua” e “um falante de uma língua”.

O autor (cf. 1998:24) mostra o exemplo do hindi e do urdo e como a sua situação de uso revela a dificuldade em delimitar o alcance de cada um, quais seriam os seus falantes, o que possibilitaria identificar cada um. Rajagopalan sugere que o falante é proteiforme. Em outras palavras, sua identidade não se fixa, está em “permanente estado de fluxo” (cf. 1998: 42). Ele discute, também, como os critérios formais e funcionais (“puramente lingüísticos”) “mostram-se lamentavelmente insuficientes quando se trata de distinguir uma língua de outra, especialmente se elas forem faladas em áreas geograficamente contíguas, ou pior ainda, em áreas indiscriminadamente disseminadas uma na outra” (1998:24). Dois aspectos se impõem: 1. Se a língua transborda da nossa apreensão, com o que, então, nos identificamos? Onde está o núcleo nomeável que asseguraria a identidade? 2. Mais complexa torna-se a questão, mesmo com todos os critérios de que podemos dispor, quanto ao estabelecimento de identidade, em situação de contigüidade, como essa envolvendo o hindi e o urdo. São duas línguas? São dois dialetos? São idiomas diferentes? Como garantir os limites para estes “conceitos” legados pela lingüística? As supostas distinções jogam com elementos de uma cena socio-política e *externa*, regida por correlações de poder. Sobre o estatuto de língua, idioma, dialeto, Derrida (1998) questiona se a língua não adquire seu estatuto a partir de uma legitimação *externa*, se ela não é a consagração de um idioma dialetal, se sua dignidade não é conferida pelos poderes históricos e políticos, a partir de critérios que não são, essencial e intrinsecamente, lingüísticos. E, segundo ele, parece que um dialeto é tomado por uma língua, quando os seus sujeitos o exigem e sobretudo quando têm o poder de fazer reconhecer sua exigência em uma cena socio-política. E conclui o argumento com a pergunta: Um inglês não diria que a língua é um dialeto *with a navy*? (cf. p. 09).

E Rajagopalan, também, aponta nessa direção quando afirma que o conceito de “uma língua” só faz sentido “quando entendido no sentido geopolítico” (cf. p.25) e quando discute um estudo de Pandit:

Evidentemente, falar de “*um* ou [de] o falante de *uma* língua” num caso como o descrito acima é criar uma ficção referencialmente útil. Na realidade, parece que o que temos é um indivíduo composto, ou, melhor ainda, um indivíduo proteiforme cujas reivindicações de ser um falante desta língua e não daquela se baseiam sobretudo em certos fatores como lealdade lingüística [...] (1998:26)

Não será esse sentido geopolítico uma “ficção conveniente” tanto quanto outra qualquer? Rajagopalan não concorda com o tal sentido em si, mas assume a sua *ficção*, a partir da lingüística, para a ele se opor, bem como precisa assumir a *ficção* de pureza praticada pela lingüística para se opor a ela, justificando a necessidade de

reconsideração radical da noção de identidade e passando a considerar as “identidades proteiformes”. Ora, mas ele mesmo nos revela o caráter disseminador da língua, o que implica que a questão da identidade já não tem lugar; já seria outra, em outro lugar. Não se trataria, pois, de reconsiderar o conceito, a noção alargando o seu alcance; mas de suportar, no jogo da língua, numa língua, a impossibilidade de identificação pelo nome e a consequente dispersão da e na língua: a necessidade de suportar várias línguas numa mesma língua, enfim.

Uma “ficção referencialmente útil”, poderíamos chamar isso de necessidade, necessidade de estancamento da língua e de saber para onde seremos levados, os falantes. Em oposição, temos que “na realidade” o falante é “composto”, “proteiforme”. Para além desta oposição e *ficção* igualmente úteis, temos a necessidade de delimitar o campo do falante e o campo da língua, mas nos é imposto o emaranhamento, a disseminação da e na língua. Como nos aponta Rajagopalan, são fatores como lealdade (que não conseguimos definir) que provavelmente levam alguém a se identificar, mas não conseguimos aceder a isso, não identificamos esse inominável, não temos acesso a um núcleo que responderia pela identidade e pela identificação.

Uma vez que falamos uma língua, mas não a possuímos, o que se faz mesmo é criar *ficções*, “convenientes”, “úteis”, no jogo da necessidade e impossibilidade de apropriação. Rajagopalan não foge a isso, não se desvencilha da língua (que língua?), ao discutir a relação “entre” língua-falante-identidade.

Dois aspectos precisam ser retomados: 1. Os critérios funcionais e formais supõem a unicidade da língua e a possibilidade de sua apropriação para ser transformada em objeto, mas eles não dão garantias de fechamento. 2. A hibridizade entre hindi e urdo descrita pelo autor (cf. p.24) mostra a disseminação e a impossibilidade de estancamento. O que levantaria outras questões. Por exemplo, a hibridizade ocorreria por via apenas do contato e semelhança entre o hindi e o urdo? Rajagopalan discute que “a língua revela em sua própria constituição uma tendência para a dispersão ilimitada e para a hibridização” (cf. 1998:39). Além disso, com relação ao estudo de Pandit (conferir a crítica a esse estudo e a nota 2, do texto de Rajagopalan: 1998, 25-6), o jogo entre multilingüismo e monolingüismo coloca em suspensão a possibilidade mesma de uma “sociedade monolingüe”, antes mesmo de a mulher, no exemplo, ter entrado em contato com o “estrangeiro”. Digamos que as barras de oposição entre monolingüismo e multilingüismo, entre materno e estrangeiro foram retiradas, con/fundindo-os.

Podemos argumentar uma dissimetria que deflagra a dispersão do que seja uma língua ou um falante de uma língua. A língua, ou o que nos é prometido como sendo língua, transborda, dispersa, dissemina. Não é independente da perspectiva de um sujeito. Ela se constitui mesmo é na sua relação inescapável com ele. E a dissimetria se instala mesmo é na relação do sujeito com o seu suposto objeto, que retorna sempre de outro lugar. Revela-se, assim, uma relação que não é tranqüila nem sem conflitos. Não é monolingüismo, mas não deixa de sê-lo. Ousarei afirmar, seguindo Derrida, que o monolingüismo é do outro:

Mas por esta razão mesma, o monolingüismo do outro quer dizer outra coisa, que se descobrirá pouco a pouco: que, em todo caso, falamos nada mais que uma língua, e não *a* possuímos. Falamos nada mais que uma língua – e ela está, dissimetricamente e sempre, voltando a ele, *ao*

*outro*, do outro, guardada pelo outro. Vinda do outro, restada do outro, ao outro retornada. (Derrida, 1996:70)

Falamos uma língua que não reconhecemos. Ela é sempre para o outro. Onde a dissimetria, a promessa, a *ficção* de Rajagopalan, sua língua e sua identidade. Segundo Derrida (1996:53), o processo de identificação é interminável, uma vez que não há uma identidade dada. Ele escreve: “uma identidade nunca é dada, recebida ou esperada, não, somente se suporta o processo interminável, infinitamente fantasmático, da identificação” (cf. 1996:55). Em outras palavras, a experiência de dizer *eu* é uma experiência não-situável da língua. Essa experiência não é monolíngüe, nem bilingüe, nem plurilingüe. O que quero dizer é que não temos como fazer este cálculo. E, assim, retorno ao que Derrida escreve sobre o Um da monolíngua:

O Um da monolíngua de que falo, e este que falo, não será portanto uma identidade aritmética, nem mesmo uma identidade simplesmente. A monolíngua permanece, então, incalculável, nesse aspecto ao menos. (1996:55-6)

Mesmo este caráter incalculável das línguas e o rompimento da oposição suposta entre monolíngüismo e multilingüismo parece não bastar, e retornamos em busca da “reconsideração radical”. Rajagopalan, tendo já assumido que um contexto jamais pode ser saturado, precisa, todavia, trazer para o jogo argumentativo, as posturas ilusórias de Firth, de Austin e de outros:

A esperança ilusória de que o contexto possa ser saturado, na verdade contido, domesticado e tornado tratável para análise segundo métodos convencionais é provavelmente responsável pela plethora de novas teorias na área, proclamando o funcionalismo como a única via para a salvação. (1998:35)

Mas, apesar da ilusão e de novas teorias, a esperada salvação não chega, e não chegará, pois o que se busca nos casos comentados por Rajagopalan (Rousseau, Chomsky, Yngve, Bakhtin, Austin) é “o verdadeiro nativo na plenitude de sua autenticidade”. Digamos que seja parte da questão. Podemos rastrear traços dessa busca pela plenitude, do que se designa como língua e como falante de uma língua na sua autenticidade. Mas, revela-se, na língua, a impossibilidade de quitação, pois falamos uma língua, mas ela não nos pertence. Assim, “o verdadeiro nativo na plenitude de sua autenticidade” desempenha um papel importante na construção de mais uma *ficção* necessária e interminável.

Da mesma forma, ao discutir qual é o lugar ocupado pelo pidgin e a linguagem de sinais, por exemplo, na teorização lingüística, Rajagopalan nos revela como o modelo de pureza que sustenta essa teorização pode ser tomado como mais uma *ficção*:

[...] a lingüística se sente ameaçada por todos esses fenômenos que de algum modo não se encaixam em seu acalentado modelo de identidade pura, perfeita e plenamente totalizada. A estratégia tem sido relegar todos esses fenômenos a um plano secundário, para que eventualmente sejam tratados como uma questão de simples curiosidade e examinados em termos de como, na qualidade de substitutos defectivos, eles divergem dos casos puros, normais.” (1998:38)

O autor, apesar de apontar a fragilidade do ideal de pureza, parece não admitir que a própria lingüística com seu ideal de monolingüismo nos mostre, por meio das “ameaças” das quais busca fugir, a necessidade e a impossibilidade de pureza. Apesar das tentativas de flagrar a língua como uma instância pura, o próprio movimento teórico proposto pela lingüística nos revela a impossibilidade de quitação. Podemos mesmo dizer que a língua transborda, fazendo aparecer a fragilidade da polarização que se busca estabelecer entre monolingüismo e multilingüismo no jogo da língua, uma vez que ela mesma “revela em sua própria constituição uma tendência para a dispersão ilimitada e para a hibridização”.

Mesmo admitindo que a língua revela em sua própria constituição uma tendência para a dispersão e para a hibridização, o lingüista pede ainda uma reconsideração radical da noção de identidade e situa o monolingüismo como o lugar da pureza (ainda que suposta) e o multilingüismo como o lugar das “possibilidades radicalmente novas e nunca sonhadas”. Ele justifica:

Esse tipo de reconsideração radical é precisamente o que os estudos de caso como aquele proposto por Pandit, mencionado neste trabalho, parecem exigir. Contrariando aquilo que os teóricos do crioulo gostariam de acreditar, e na verdade contrariando o que a lingüística dominante sempre se inclinou a imaginar, o multilingüismo está longe de ser uma exceção à regra. (1998:39-40)

Como bem nos lembrou Rajagopalan, não há possibilidade de saturação de contexto e é com isso que estamos lidando aqui. Ou seja, a reconsideração radical não elimina a dispersão, deflagra, ao contrário, que não há um fora da língua que autorizaria, por exemplo, uma dicotomia entre monolingüismo e multilingüismo. Aliás, é deflagrada a necessidade e impossibilidade de metalinguagem, ou seja, não é possível estar fora da língua e da lei que ela impõe. Derrida argumenta:

Não é possível falar fora dessa promessa que dá *uma* língua, mas prometendo dar a unicidade do idioma. Talvez não esteja em questão fugir a essa unicidade sem unidade. Ela não tem de ser oposta a outro, nem mesmo distinta de outro. Ela é a monolíngua *de* outro. O *de* não significa tanto a propriedade mas a proveniência: a língua está em relação ao outro, vinda do outro, *a* vinda do outro. (1996:127)

A língua não é um fenômeno previsto, delimitável. De fato, colocamo-nos na dimensão de um acontecimento, pois a promessa deflagra o “é necessário que haja uma língua” e subentende que essa “uma língua” não existe. De alguma forma, a lingüística, na sua ficção, nos mostra isto, ao buscar circunscrever o que aparece denominado por “uma língua” e “falante de uma língua”.

E mais, a reconsideração de conceitos disseminados pela lingüística criticada por Rajagopalan não garante a “salvação”; não garante, portanto, “o alcance das implicações do multilingüismo e do multiculturalismo” “e o entendimento dos fenômenos em questão” e não torna menos “problemático” o “conceito de uma língua” e o uso da expressão “o falante de uma língua”. Ele mesmo considera que “falar de identidade, seja do indivíduo falante seja da língua isolada, é recorrer a uma ficção conveniente – inofensiva em si mesma”, mas (aqui se impõe a oposição) “definitivamente prejudicial quando essas considerações aparentemente evidentes se

tornam a pedra fundamental de elaboradas teorias lingüísticas” (cf. p. 42). A unicidade que esse jogo opositivo promete revela que o lingüista é afetado pela promessa de *uma* língua e dela não se desvencilha e precisa, assim, insistir na ficção da pureza de identidade, mesmo que seja para se opor a ela:

Um exame da literatura sobre certos fenômenos como multilingüismo, pidgins e crioulos, linguagem de sinais, etc., cuja importância a lingüística dominante tradicionalmente tende a minorar, preferindo considerá-los, na melhor das hipóteses, à margem de suas preocupações centrais, nos levará, como tentei mostrar nesse trabalho, à conclusão de que uma aceitação acrítica da idéia de identidades individuais como sendo puras, íntegras e totalizadas e do postulado associado de línguas individuais como conjuntos plenamente integrados e auto-suficientes tem contribuído apenas para deformar nosso entendimento dos fenômenos em questão. (1998: 38)

Temos de admitir que esta instância deformadora que Rajagopalan aponta também pode ser considerada uma ficção, já que há toda uma literatura sobre os fenômenos referidos (multilingüismo, pidgins, crioulos, linguagem de sinais), mesmo tendo a lingüística dominante tentado dar-lhes pouco valor. Poderíamos nos perguntar, uma vez que não há possibilidade de saturação de contexto da e na língua, o que uma reconsideração crítica da noção de identidade garante?

Uma possível saída, para Rajagopalan, é considerar a questão dos interesses e da ideologia. Ele argumenta:

[...] a construção de identidades é uma operação totalmente ideológica. Não é preciso dizer que qualquer impulso para repensar a identidade também terá de ser uma resposta ideológica a uma ideologia existente e dominante. Se a sempre crescente atenção que hoje se dá a tópicos tradicionalmente considerados fora do alcance da lingüística dominante significa alguma coisa, é bem possível que seja chegada a hora para uma reconsideração radical a esse respeito. (1998:42)

Isso que ele afirma sobre as respostas serem sempre ideológicas é o que parece esquecer, ao clamar pela “reconsideração radical”, supondo que, “quando começarmos a levar seriamente em conta a possibilidade de identidades proteiformes”, “muitos dos incontroláveis fenômenos que desafiam as teorias contemporâneas [...] começarão a fazer sentido”. Tal constatação pode deixar supor que esta não seja, também, outra ficção conveniente e que o contexto de uma língua possa ser contido, domesticado. Como a construção de contextos é interminável e a língua se constitui como promessa, somos levados, do ponto de vista da reflexão também, para outro lugar sempre, sem possibilidade de quitação. Se o que temos é a promessa de uma língua, por que insistir em uma “reconsideração radical” do conceito de identidade? Seria mesmo um “conceito” ou uma promessa? Aqui o texto estaca e pede uma digressão breve.

Consideremos a relação entre língua e promessa proposta por Jacques Derrida:

Cada vez que abro a boca, cada vez que falo ou escrevo, eu *prometo*. Queira ou não: a precipitação fatal da promessa, é necessário aqui dissociá-la dos valores de vontade, de intenção ou de querer-dizer que lhe são freqüentemente atribuídos. O performativo desta promessa não é um *ato de fala* entre outros. Ele está implicado por outro performativo; e esta promessa anuncia a unicidade de uma língua por vir. É este “é necessário que haja uma língua” [que subentende necessariamente: “pois ela não existe”, ou “já que ela faz falta”], “eu prometo uma língua”, “uma língua é prometida” que ao mesmo tempo precede toda língua, convoca toda fala e pertence já a cada língua como a toda fala. (1996:126)

Um performativo implicado em outro performativo, revelando a necessidade de uma língua e a precipitação de sua inexistência. É com isso que lidamos, ao buscarmos delimitar o que denominamos “uma língua” e o “falante de uma língua”. Ela nos escapa, não sem antes nos remeter, ainda, a um outro lugar: ao lugar do outro. Ou seja, falamos uma língua que é nossa, mas não nos pertence, é sempre vinda de outro. O que podemos ter é mesmo uma promessa de reconsideração radical da noção de identidade, num processo interminável de identificação da e na língua, uma vez que não há identidade dada, seja para *mim* (que digo *eu* e assino), seja para Rajagopalan, seja para Pisetta. Todavia poderíamos dizer juntos, e sempre diferente, que: *an individual's identity is constructed in and through language. This means that the individual has no self-same identity prior and outside of language.*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DERRIDA, J. (1996). *Le Monolinguisme de l'autre ou la prothèse de l'origine*. Paris: Galilé.
- \_\_\_\_\_. (1987). Mes Chances. In *Psyché. Invention de L'autre*. Paris: Galilée.
- \_\_\_\_\_. (1998). Le Temps des Adieux – Heidegger (lu par) Hegel (lu par) Malabou. *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger* 1/1998:3-47.
- RAJAGOPALAN, K. (1998). O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? – tradução de Almiro Pisetta. In *Lingua(gem) e Identidade – elementos para uma discussão no campo aplicado* (org. por Inês Signorini). São Paulo: Mercado de Letras.
- \_\_\_\_\_. (s/d). The concept of identity in linguistics: is the time ripe for a radical rethinking? Uma versão desse ensaio foi apresentada como comunicação em atividade promovida pelo Departamento de Lingüística Aplicada, Unicamp - em 28 de março de 1994. Versão gentilmente cedida pelo autor. (s/d).